

Estados Unidos e China: passos importantes para o clima

Categories : [Colunistas Convidados](#)

A última semana foi marcada por anúncios importantes de Estados Unidos e China, feitos em declaração conjunta dos seus Presidentes no dia 12 de novembro, a cerca de seus compromissos futuros pretendidos para redução de emissões de gases de efeito estufa. O Presidente Obama anunciou a intenção de seu país em reduzir as suas emissões de gases de efeito estufa entre 26 e 28% em 2025, em relação às suas emissões de 2005. E o Presidente Xi Jinping, por sua vez, expressou a intenção de que a China atinja o pico das suas emissões totais por volta de 2030, de fazer esforços para que tal máximo de emissões seja atingido até mesmo antes, e de aumentar a participação de fontes não-fósseis em sua matriz de energia para 20%, por volta daquele ano.

Os anúncios tiveram ampla repercussão em todo o mundo. As reações imediatas variaram de um certo desdém a "Estados Unidos e China salvam o clima". Nem tanto ao céu e nem tanto ao mar. Em se tratando das duas maiores economias do planeta e de dois países que sozinhos são responsáveis por mais de um terço das emissões anuais globais de gases de efeito estufa, é fundamental uma avaliação cuidadosa do que foi dito por Obama e Jinping e seu significado. E há duas métricas necessárias para um julgamento justo neste caso: a do clima e a da política.

Do ponto de vista de clima, começemos pela China. Para um país em desenvolvimento, definir um ano limite para o pico de suas emissões de gases de efeito estufa é um passo muito significativo. E afirmar que este ano de pico pode ocorrer até mesmo antes do projetado (2030), é ainda mais relevante. A meta anunciada pela China após a aprovação do Acordo de Copenhague, na 15a Conferência das Partes, em 2009, era de intensidade de carbono: reduzir a intensidade de emissões por unidade de PIB entre 40 e 45% em relação aos índices de 2005, o que não permite uma análise precisa, dada a falta de limites absolutos claros para as emissões de qualquer país. E projeções recentes de cenário tendencial para as emissões chinesas indicavam que, sem esforços efetivos para sua redução, estas só atingiriam seu pico por volta de 2040 ou mesmo depois deste ano. A nova intenção do Governo chinês pode representar, portanto, um grande desvio de rota nas emissões do país, o que é positivo e representa um grande avanço. Mas para a China, hoje maior emissor mundial, 2030 como ano de pico de emissões anuais é suficiente? Não. Estudos indicam que para que tenhamos possibilidades significativas de manter o aquecimento global inferior a 2°C, limite sugerido pela ciência e assumido pelos países-membro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) em 2010, na COP16, em Cancun, as emissões chinesas deveriam atingir seu pico no máximo em 2025. E também é necessário, sem dúvida, detalhar-se a trajetória das emissões chinesas, e qual será o limite de suas emissões a partir de 2020.

E quanto aos Estados Unidos? A intenção de reduzir suas emissões entre 26 e 28% em relação às emissões anuais de 2005 significa aumentar a velocidade com que suas emissões anuais caem

para o atingimento de sua meta de redução de emissões presentes. O compromisso dos Estados Unidos junto à UNFCCC (no âmbito do Acordo de Copenhagen para 2020), hoje, é de uma redução de 17% das emissões em relação aos índices anuais de 2005. No entanto, quando os Estados Unidos assumiram aquela meta, informaram também que legislação pendente de aprovação nos Estados Unidos, se aprovada, levaria o país a um compromisso adicional, de emissões em 2025 30% menores em relação às emissões de 2005. Portanto, os números informados pelo Presidente Obama na semana passada são inferiores ao que os Estados Unidos haviam registrado junto à Convenção, em janeiro de 2010, como suas metas para 2020. E ainda estão muito longe de assegurar uma trajetória de emissões decrescentes e em linha com o limite de 2°C. Um compromisso efetivo para um país com o peso dos Estados Unidos, maior emissor histórico, deveria levar a cortes de 25 a 40% em 2020 em relação às suas emissões anuais em 1990, segundo recomendação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas para países desenvolvidos.

Cartas na mesa